

EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO EM EMPREENDEDORISMO DE IMPACTO: ENTRE JUSTIÇA SOCIAL, INOVAÇÃO E RECONFIGURAÇÃO DA MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA.

Fritznel ALPHONSE[1]

RESUMO

Este estudo investiga o empreendedorismo de impacto nas universidades públicas do Brasil, avaliando suas implicações para o ensino, a pesquisa e a extensão. A finalidade é entender de que modo essas iniciativas, voltadas para a justiça social e inovação, transformam a missão acadêmica e desafiam conceitos como autonomia acadêmica e a indissociabilidade das funções da instituição. Através de uma análise documental e uma revisão crítica de literatura, sustenta-se que o empreendedorismo de impacto aumenta a participação social das universidades, embora também possa intensificar a mercantilização simbólica da extensão.

Palavras-chave: empreendimento de impacto; instituição pública de ensino; equidade social; atividades de extensão universitária; inovação social.

EDUCATION, RESEARCH, AND EXTENSION IN IMPACT ENTREPRENEURSHIP: BETWEEN SOCIAL JUSTICE, INNOVATION, AND THE RECONFIGURATION OF THE PUBLIC UNIVERSITY MISSION

ABSTRACT

This study investigates impact entrepreneurship in Brazilian public universities, assessing its implications for teaching, research, and outreach activities. The aim is to understand how initiatives oriented toward social justice and innovation transform the academic mission and challenge concepts such as academic autonomy and the inseparability of the institution's core functions. Through documentary analysis and a critical review of the literature, the study argues that impact entrepreneurship enhances the social engagement of universities, while also potentially intensifying the symbolic commodification of outreach activities.

Keywords: impact entrepreneurship; public higher education institution; social equity; university outreach activities; social innovation.

[1] Doutor em História, Universidade Federal de Rio Grande do Sul - UFRGS, E-mail: prof.fritznelalphonse78@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Nas últimas décadas, o empreendedorismo voltado para a criação de impacto social se tornou uma prioridade nas universidades públicas do Brasil, atuando como uma reação a problemas sociais, econômicos e ambientais. Com diversas nomenclaturas, como empreendedorismo social e inovação social, essas iniciativas passaram a fazer parte das práticas de ensino, pesquisa aplicada e extensão, frequentemente ligadas a incubadoras, centros de inovação e colaborações com o setor privado (Moulaert et al., 2013; Slaughter; Rhoades, 2004).

Esse fenômeno reflete a crescente ênfase em discursos acerca da inovação, do impacto e da responsabilidade social, os quais parecem redefinir o papel da universidade pública. Essa mudança orienta a instituição a sair de uma perspectiva crítica de geração do conhecimento para uma abordagem focada em resultados, mensuração de desempenho e eficiência organizacional (Foucault, 2008; Dardot; Laval, 2016; Bourdieu, 2001).

A noção de "impacto" funciona como uma categoria reguladora, permeando políticas públicas e diretrizes institucionais. Simultaneamente, as pressões do neoliberalismo, especialmente em cenários de cortes orçamentários, favorecem a promoção do empreendedorismo, a ligação com o mercado e a reinterpretação da extensão como um meio de oferecer soluções (Foucault, 2008; Dardot & Laval, 2016; Santos, 2007).

Dessa maneira, o empreendedorismo de impacto aparece como uma promessa de inovação social e inclusão territorial, mas também apresenta o risco de uma mercantilização simbólica e a diminuição da função crítica da universidade pública (Fraser, 2009; Brown, 2015).

1.2 Questão de investigação

Neste contexto, a questão central que guia esta pesquisa é: de que maneira o empreendedorismo de impacto altera o ensino, a pesquisa e a extensão nas instituições de ensino superior público? O foco é analisar como essas iniciativas modificam a missão das universidades, a geração de conhecimento e as interações entre a universidade, o Estado, o mercado e a sociedade.

2.3 Hipótese

O texto parte da hipótese de que o empreendedorismo de impacto possui uma natureza dual: serve tanto como um meio de promover inovações sociais e atender às necessidades coletivas, quanto como um instrumento que redefine a administração da missão acadêmica, em conformidade com princípios neoliberais que priorizam desempenho, impacto quantificável e responsabilização individual. Essa dualidade cria conflitos entre justiça social, inovação e a essência pública das instituições de ensino superior.

1.4 Objetivos

O propósito principal é realizar uma análise crítica sobre a integração do empreendedorismo de impacto nas práticas das universidades brasileiras, levando em conta a justiça social e a transformação da missão acadêmica.

Os objetivos específicos incluem: a) examinar as narrativas e políticas que incentivam o empreendedorismo de impacto; b) discutir as repercussões simbólicas, políticas e institucionais sobre a extensão e a geração de conhecimento; c) entender as tensões entre a inovação social, a mercantilização e o compromisso com o público.

O artigo está estruturado em quatro partes, além da introdução: (i) uma base teórica sobre justiça social, neoliberalismo e universidades públicas; (ii) uma metodologia que se apoia na análise de documentos e estudos de caso; (iii) uma avaliação crítica das práticas de empreendedorismo social, destacando suas ambivalências e contradições; (iv) uma conclusão que resume os principais pontos discutidos e propõe perspectivas para uma abordagem crítica e socialmente comprometida.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Instituição pública de ensino, independência e compromisso social

A universidade pública é vista como um bem coletivo, focada na geração crítica de saberes, na formação de cidadãos e na diminuição das desigualdades, sustentada pela autonomia

acadêmica que assegura liberdade de pensamento e diversidade de perspectivas teóricas (Chauí, 2003; Bourdieu, 2004).

No entanto, mudanças recentes na estrutura de financiamento e na gestão, caracterizadas por políticas de austeridade e uma abordagem voltada para a eficiência, estão desafiando esse modelo, impondo indicadores de desempenho, classificações e uma crescente dependência de recursos externos (Santos, 2007; Slaughter & Rhoades, 2004).

No atual cenário, o empreendedorismo de impacto aparece como um argumento que valida ações, integrando importância social, inovação e sustentabilidade organizacional, enquanto se conecta a práticas neoliberais focadas em eficiência e competitividade (Chauí, 2018).

2.2 Equidade social, consequências e disparidades

A discussão acerca do empreendedorismo social está fundamentada na noção de justiça social, envolvendo aspectos de redistribuição, reconhecimento e representação (Fraser, 2003, 2009). As narrativas sobre impacto costumam enfatizar resultados que podem ser mensurados e soluções específicas, sem abordar as estruturas que geram desigualdades, o que pode levar a uma forma de "justiça que ignora a política" (Fraser, 2009).

Sen (1999) aponta que a justiça social expande as opções e habilidades pessoais, mas a abordagem gerencial pode transformar esse conceito em um empoderamento individual isolado das dinâmicas de poder. Young (2011) destaca que a opressão se manifesta tanto por meio de estruturas institucionais quanto simbólicas. Portanto, a tarefa consiste em impedir que a ênfase no indivíduo substitua iniciativas coletivas de transformação social.

2.3 Empreendedorismo, neoliberalismo e gestão governamental

O empreendedorismo de impacto pode ser entendido à luz da governança neoliberal (Foucault, 2008), que molda indivíduos como empreendedores de suas próprias vidas e atribui a cada um a responsabilidade por questões sociais que afetam a coletividade. Segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo transforma valores e instituições, elevando o empreendedorismo a uma postura ética e política.

Wendy Brown (2015) observa que essa lógica coloca a igualdade e a solidariedade em segundo plano em relação à competição, enquanto o conceito de "impacto" atua como uma ferramenta de poder, despolitizando disputas e deslocando a responsabilidade do Estado para indivíduos e organizações.

2.4 Ampliação acadêmica e geração crítica do saber

Em contraste, a tradição crítica da extensão prioriza a construção de diálogos e a coprodução de conhecimentos (Freire, 1987). Boaventura de Sousa Santos (2010) introduz as Epistemologias do Sul, validando saberes marginalizados e promovendo ecologias do conhecimento. Bell hooks (1994) destaca a educação como um ato de liberdade, fundamentado na participação crítica e na transformação recíproca.

Quando aplicada à extensão, essa visão desafia a mercantilização do impacto, sugerindo que o empreendedorismo social deve estar atrelado à justiça social e à produção colaborativa de conhecimento, mantendo o caráter público e democrático das instituições de ensino superior.

3. METODOLOGIA

3.1 Método de Investigação

A pesquisa utiliza uma metodologia qualitativa e interpretativa, apropriada para explorar práticas, discursos e processos institucionais vinculados ao empreendedorismo de impacto em instituições públicas de ensino superior. A abordagem crítica reconhece que o conhecimento é construído em contextos sociais e permeado por dinâmicas de poder (Bourdieu, 1989; Foucault, 2004).

O objetivo é analisar como os discursos relacionados à inovação, impacto e empreendedorismo são gerados, validados e implementados, além de investigar seus efeitos tanto no âmbito institucional quanto simbólico (Denzin; Lincoln, 2018).

3.2 Métodos de investigação

O estudo integra análise de documentos, entrevistas semiestruturadas e investigações de casos específicos, assegurando uma triangulação e uma base analítica sólida (Yin, 2015). A

análise de documentos inclui Planos de Desenvolvimento Institucional, editais, programas de extensão e relatórios sobre inovação, sendo vistos como artefatos discursivos que expõem as prioridades da instituição e suas visões a respeito da função social da universidade (Cellard, 2008).

Conversas com administradores, professores e alunos possibilitam entender as percepções e conflitos relacionados à implementação das iniciativas (Kvale; Brinkmann, 2015). Pesquisas de caso proporcionam uma análise mais profunda das dinâmicas particulares de cada instituição, integrando documentos, entrevistas e observações detalhadas.

3.3 Escolha dos casos

Os casos foram selecionados de maneira direcionada, focando em universidades públicas no Brasil que possuem programas estabelecidos de empreendedorismo social integrados às atividades de ensino, pesquisa e extensão, associados a incubadoras sociais, laboratórios de inovação ou pró-reitorias de extensão e inovação. A escolha teve como objetivo refletir a diversidade regional e institucional, assegurando a identificação de tendências e particularidades contextuais.

3.4 Avaliação das informações

Os dados foram examinados através de uma análise temática, onde foram identificados e organizados padrões de significado recorrentes (Bardin, 2011; Braun; Clarke, 2006), integrando categorias teóricas — justiça social, governamentalidade e a missão das universidades — com categorias emergentes.

A partir da análise crítica do discurso, esta investigação examina como os discursos sobre impacto e empreendedorismo contribuem para legitimar práticas institucionais e reconfigurar relações de poder. Em diálogo com Michel Foucault (2004) e Norman Fairclough (2001), o estudo interpreta o empreendedorismo de impacto como um regime discursivo que orienta decisões e redefine responsabilidades sociais, evidenciando sua dualidade no contexto das universidades públicas brasileiras.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Possibilidades de emancipação

A investigação das ações de empreendedorismo de impacto em instituições de ensino superior públicas revela potenciais de emancipação quando integradas a currículos pedagógicos críticos e a uma extensão socialmente engajada. Nessas vivências, o empreendedorismo serve como um meio de inovação social, fomentando a autonomia de grupos marginalizados, a valorização de conhecimentos locais e a criação de soluções ajustadas às realidades regionais (Moulaert et al., 2013).

As metodologias de escuta, diálogo e co-criação do conhecimento observadas alinham-se a uma perspectiva crítica de extensão universitária, rompendo com abordagens hierárquicas de disseminação do saber (Freire, 1987; Santos, 2010). A participação dos alunos demonstrou ser essencial para o fortalecimento da consciência social e da aprendizagem crítica, especialmente quando vai além da formação técnica puramente instrumental (Hooks, 1994; Giroux, 2011).

Ademais, as colaborações com movimentos sociais e entidades da sociedade civil ampliam o papel das universidades na esfera pública e reforçam seu compromisso com a diminuição das desigualdades.

5.2 Pressões e paradoxos

Apesar dos progressos, os resultados demonstram contradições fundamentais. A dependência de financiamentos temporários e colaborações externas compromete a continuidade das iniciativas e submete a extensão a dinâmicas externas. Além disso, percebe-se uma individualização da justiça social, transferindo responsabilidades do Estado para os alunos e ações locais, em alinhamento com críticas ao neoliberalismo atual (Fraser, 2009; Young, 2011; Brown, 2015).

A ênfase nas métricas de impacto e resultados mensuráveis tende a simplificar questões sociais complexas, reduzindo a pesquisa e a extensão a meros instrumentos de desempenho institucional e diminuindo seu potencial crítico.

5.3 Reestruturação da missão acadêmica

As evidências sugerem que o empreendedorismo de impacto transforma a finalidade das universidades públicas, alterando conceitos de excelência, autonomia e responsabilidade social. A ênfase no impacto e na arrecadação de recursos desloca práticas que antes eram marginalizadas, ao mesmo tempo em que amplifica a comercialização do conhecimento e a concorrência entre instituições (Slaughter; Rhoades, 2004). Esse fenômeno pode limitar a autonomia das universidades e comprometer sua capacidade crítica em relação às estruturas de poder estabelecidas (Chauí, 2003).

5.4. Discussão

Os achados sugerem que o empreendedorismo de impacto é um fenômeno com características contraditórias nas universidades públicas. De um lado, pode aumentar a inserção social da instituição, fortalecer práticas colaborativas de extensão e contribuir para a formação cidadã dos alunos, em alinhamento com abordagens críticas de educação e extensão que priorizam o diálogo, a participação e a coprodução do saber (Freire, 1987; Santos, 2010; hooks, 1994).

Nessa linha de pensamento, tais iniciativas podem promover inovações sociais locais e estratégias para combater as desigualdades sociais (Moulaert et al., 2013; Sen, 2011). Em contrapartida, as descobertas mostram que o empreendedorismo social muitas vezes adota lógicas neoliberais, transferindo responsabilidades estruturais do governo para pessoas e pequenos grupos.

Esse movimento de individualização da justiça social, que já foi alvo de críticas na literatura, tende a normalizar as desigualdades e a minar políticas públicas que deveriam ser universais (Fraser, 2009; Young, 2011; Brown, 2015).

A crescente importância das métricas de impacto e da avaliação de resultados imediatos fortalece mecanismos de controle e supervisão das atividades acadêmicas, submetendo o saber a padrões de eficiência, mensuração e praticidade (Foucault, 2008; Dardot; Laval, 2016).

Essas dinâmicas estão ligadas ao crescimento de modelos gerenciais e competitivos nas instituições de ensino superior, o que redefine conceitos de excelência e limita a autonomia das

instituições, bem como o espaço para o pensamento crítico (Slaughter; Rhoades, 2004; Bourdieu, 2001; Chauí, 2003).

Nesse contexto, a principal tarefa é redefinir o empreendedorismo de impacto sob uma visão coletiva e analítica de justiça social, reafirmando a função pública da universidade na geração de conhecimento que promova a emancipação e a transformação social.

6. CONCLUSÃO

As investigações realizadas mostram que o empreendedorismo de impacto se transformou em um componente importante na redefinição das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas instituições públicas de ensino superior do Brasil. Esse fenômeno afeta não só as práticas educacionais e de extensão, mas também a própria missão das instituições.

Os achados apoiam a hipótese principal da pesquisa ao revelar a natureza dual dessas iniciativas, que atuam tanto como catalisadoras de inovação social quanto como instrumentos de reestruturação gerencial que refletem a lógica neoliberal.

O empreendedorismo de impacto pode, por um lado, promover a inclusão social da instituição de ensino, incentivar atividades colaborativas de extensão e atuar na formação cidadã dos alunos, especialmente quando alinhado a visões críticas sobre justiça social e coprodução do conhecimento.

Entretanto, sua formalização pode, por outro lado, acentuar a individualização da responsabilidade social, sujeitar o conhecimento a avaliações de desempenho e impacto, além de mudar o foco da mudança estrutural das desigualdades para ações isoladas e tecnocráticas.

As contribuições deste artigo se manifestam em três aspectos. Na esfera teórica, a pesquisa conecta discussões sobre as universidades públicas, justiça social e a governança neoliberal, interpretando o empreendedorismo de impacto como uma forma de exercício de poder. Na dimensão empírica, a análise de documentos e os estudos de casos expõem padrões repetitivos na implementação dessas iniciativas dentro das universidades no Brasil.

Já no aspecto político, a pesquisa fornece elementos para o debate público acerca das fronteiras e oportunidades do empreendedorismo de impacto, ressaltando a importância de manter a autonomia acadêmica e a natureza pública do saber. Finalmente, é sugerido que sejam realizadas pesquisas comparativas e longitudinais para explorar mais profundamente os efeitos prolongados dessas ações, além de analisar se o empreendedorismo de impacto pode ser redirecionado como uma ferramenta comum de justiça social ou se, por outro lado, contribui para a mercantilização das universidades públicas.

7. REFERÊNCIAS

BROWN, W. Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution. Cambridge: MIT Press, 2015.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. Homo academicus. Paris : Éditions de Minuit, 1984.

BOURDIEU, P. ; PASSERON, J.-C. La reproduction : éléments pour une théorie du système d'enseignement. Paris: Éditions de Minuit, 1970.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FOUCAULT, M. Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? In: FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 89–112.

SANTOS, B. de S. Epistemologias do Sul. Porto Alegre: Sulina, 2010.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SLATTER, R.; RHOADES, G. Academic capitalism and the new economy: markets, state, and higher education. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

YOUNG, I. Justice and the politics of difference. Princeton: Princeton University Press, 1990.

FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V. T. Ações afirmativas no Brasil: experiências, debates e desafios. Rio de Janeiro: UERJ, 2020.

FRIGOTTO, G. Educação e crise do capitalismo real. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GUIMARÃES, A. S. A. Políticas de ação afirmativa no Brasil: experiências e desafios. São Paulo: Cortez, 2003.

HOOKS, B. Teaching to transgress education as the practice of freedom. New York: Routledge, 1994.

YIN, R. K. Case study research: design and methods. 6th ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.